

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – DCJ  
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

**ANA CAROLLINE DE SOUZA GOMES**

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS REDES SOCIAIS EM DECORRÊNCIA  
DAS *FAKE NEWS* DIVULGADAS EM SUAS PLATAFORMAS QUANDO  
VIOLADORAS DE DIREITOS DA PERSONALIDADE**

**SANTA RITA  
2018**

**ANA CAROLLINE DE SOUZA GOMES**

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS REDES SOCIAIS EM DECORRÊNCIA DAS  
*FAKE NEWS* DIVULGADAS EM SUAS PLATAFORMAS QUANDO VIOLADORAS  
DE DIREITOS DA PERSONALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Bacharelado em  
Direito, do Centro de Ciências Jurídicas, da  
Universidade Federal da Paraíba, como  
exigência parcial para obtenção do título  
de Bacharel em Ciências Jurídicas.

**Orientador:** Prof. Ms. Alex Taveira dos  
Santos

**SANTA RITA  
2018**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

G633r Gomes, Ana Caroline de Souza.

A Responsabilidade Civil das Redes Sociais em  
Decorrencia das Fake News divulgadas em suas  
plataformas quando violadoras de Direitos da  
Personalidade / Ana Caroline de Souza Gomes. - João  
Pessoa, 2018.

56 f.

Orientação: Alex Taveira dos Santos.  
Monografia (Graduação) - UFPB/DCJ.

1. Responsabilidade Civil. Redes Sociais. Fake News. I.  
dos Santos, Alex Taveira. II. Título.

UFPB/

**ANA CAROLLINE DE SOUZA GOMES**

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS REDES SOCIAIS EM DECORRÊNCIA DAS  
*FAKE NEWS* DIVULGADAS EM SUAS PLATAFORMAS QUANDO VIOLADORAS  
DE DIREITOS DA PERSONALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Direito, do Centro de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal da Paraíba, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas.

**Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

**Banca Examinadora:**

---

**Prof. Ms. Alex Taveira dos Santos**

**(Orientador - UFPB)**

---

**Professor Dr. Valfredo de Andrade Aguiar Filho**

---

**Profª Ms. Herleide Herculano Delgado**

*Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que você veja toda a escada. Apenas dê o primeiro passo. (Martin Luther King)*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, fonte de todo amor, por me guiar e ser luz na minha vida. A Ele toda honra e toda a glória!

Aos meus pais, Ana Neide e Sebastião Filho, por me mostrarem que a educação transforma vidas, por serem sempre encorajadores, e por todo carinho, empenho, dedicação e amor que têm por mim. Vocês nunca mediram esforços para a minha felicidade e sonharam com esse momento tanto quanto eu. Todo meu amor para vocês, meus maiores exemplos de tudo que há de maravilhoso.

À minha irmã Danielle, que está comigo em todos os momentos, por me incentivar para que eu alcance os meus objetivos da melhor forma possível e sempre dando ótimas dicas para tudo. Por escutar minha tagarelice e por toda a parceria. Amo-te.

Ao meu orientador Alex Taveira, por ser esse profissional ímpar e essa pessoa iluminada, por nos orientar da melhor forma possível, sempre compreendendo as nossas necessidades. Por toda a positividade que o seu jeito alto-astral nos transmite, não poderia ter escolhido melhor orientador.

Aos meus amigos da faculdade, eles sabem o quanto são queridos, por toda colaboração mútua e por tornar esse tempo de curso tão maravilhoso e especial. Além do estudo, vamos levar grandes amizades.

Aos professores do DCJ, por nos ensinar além das letras de lei. Por aprimorar nosso senso crítico e por todo o conhecimento que adquirimos durante esses anos.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a responsabilidade civil das redes sociais diante das *fake news* violadoras dos direitos da personalidade divulgadas em suas plataformas, mostrando qual o entendimento da doutrina e jurisprudência a respeito do tema. É discutida a responsabilidade civil das redes sociais antes e após o Marco Civil da Internet. Também são feitas críticas ao novo entendimento trazido pela Lei nº 12.965/2014 sobre a responsabilização dos provedores de aplicativos. Além disso, é exposto o novo fenômeno das *fake news* e de como elas podem gerar danos aos direitos da personalidade, especialmente quando são divulgação nas redes sociais. Assim, há o estudo entre os limites na liberdade de manifestação, para que não haja violação a outros direitos fundamentais. É analisado, igualmente, a relevância dos direitos personalíssimos e os tipos de responsabilidade civil, com um capítulo destinado a teoria geral da responsabilidade civil, com foco nos danos extrapatrimoniais.

**Palavras-chaves:** Responsabilidade Civil. Redes Sociais. Fake News. Direitos da Personalidade.

## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze the civil responsibility of social networks in the face of the fake news violating the rights of the personality disclosed in its platforms, showing the understanding of the doctrine and jurisprudence on the subject. The civil liability of social networks is discussed before and after the Civil Internet Framework. Criticism is also made of the new understanding brought by Law 12.965 / 2014 on accountability of application providers. In addition, the new phenomenon of fake news is exposed and how they can generate damages to the rights of the personality, especially when they are spread in the social networks. Thus, there is the study among the limits on freedom of manifestation, so that there is no violation of other fundamental rights. It also examines the relevance of personal rights and types of civil liability, with a chapter on the general theory of civil liability, focusing on off-balance-sheet damages.

**Keywords:** Civil Liability. Social networks. Fake News. Rights of the Personality.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>	<b>12</b>
2.1 Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva .....	14
2.2. Pressupostos da Responsabilidade Civil.....	16
2.2.1. Ação ou omissão .....	16
2.2.2. Dolo ou culpa.....	18
2.2.3. Nexo de causalidade.....	18
2.2.4. O Dano.....	19
2.3 Responsabilidade Civil por Danos Extrapatrimoniais .....	21
2.4 Responsabilidade Civil na Internet .....	23
<b>3. FAKE NEWS E A VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NAS REDES SOCIAIS .....</b>	<b>26</b>
3.1. Dos Direitos da Personalidade.....	26
3.2 Os Direitos da Personalidade e a sua violação nas redes sociais.....	32
3.3 <i>Fake News</i> .....	34
<b>4. A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS REDES SOCIAIS PELAS FAKE NEWS VIOLADORAS DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE, PROPAGADAS POR TERCEIROS, EM SUA PLATAFORMA .....</b>	<b>39</b>
4.1. Da tutela da liberdade de manifestação.....	39
4.2. Responsabilidade do Usuário.....	40
4.3 Responsabilidade civil das redes sociais antes da Lei 12.965.....	41
4.3.1 A teoria do risco.....	41
4.3.2 A responsabilidade subjetiva pelos danos praticados por terceiros.....	43
4.4 A nova responsabilidade civil das redes sociais à luz do Marco Civil da Internet...44	
4.5 Críticas à responsabilidade civil presente na Lei 12.965/2014.....	46

**CONSIDERAÇÕES FINAIS .....50**

**REFERÊNCIAS.....52**

## 1 INTRODUÇÃO

A divulgação das *fake news* violadoras dos direitos da personalidade estão cada vez mais constantes no ambiente virtual, especialmente nas redes sociais. O amplo alcance que as notícias inverídicas atingem no ambiente virtual é preocupante, pois o dano ao indivíduo também se torna maior e de difícil reparação.

A liberdade de expressão é direito amparada na Constituição Federal e em outras leis do ordenamento jurídico brasileiro, sendo algo que deve ser assegurado a todos. Entretanto, esse direito, muitas vezes, entra em colisão com outros direitos fundamentais, a exemplo da dignidade da pessoa humana, que é a base para o entendimento dos direitos personalíssimos, como o direito à imagem, à honra e à intimidade.

Diante desse cenário de colisão de direitos e de graves violações por falsas notícias divulgadas nas redes sociais, faz-se necessário analisar qual a responsabilidade dos provedores de redes sociais diante das *fake news* violadoras dos direitos personalíssimos que forem veiculadas na sua plataforma por meio de terceiros.

Trata-se de tema de grande relevância atualmente, que ainda é pouco normatizado, mas que já foi objeto de amplo debate, inclusive internacionalmente, após as eleições presidenciais dos EUA, em que houve notícias de disseminação de diversas *fake news* como forma de persuadir os eleitores.

Além disso, os tribunais brasileiros tiveram diferentes entendimentos do tema ao longo dos anos, e houve uma recente mudança jurisprudencial com a sanção da Lei 12. 965/2014, denominada de Marco Civil da Internet. Assim, é feito um estudo desse marco, de modo a analisar se a responsabilidade por ele trazida foi a mais acertada ou não, e quais as críticas feitas a essa lei.

Tem-se por objetivo, no presente estudo, a análise da responsabilidade civil das redes sociais, de modo a garantir a melhor forma de dirimir possível danos à vítima. Para a consecução do objetivo da pesquisa, é utilizada a vertente metodológica de natureza qualitativa, com tema apresentado a partir da interpretação de normas jurídicas, da análise jurisprudencial e doutrinária acerca do tema.

O método procedimental empregado é o monográfico. O objeto da pesquisa é exploratório, já que tem o escopo de tornar a problemática mais clara e compreensível, para propiciar a construção de hipóteses. A técnica da pesquisa é a bibliográfica, pois é apoiada em livros, teses, artigos, notícias e jurisprudências.

Quanto ao método de abordagem, foi utilizado o dedutivo, pois inicialmente a abordagem foi geral, começando pela teoria da responsabilidade civil, até atingir a problemática da responsabilidade civil das redes sociais.

No primeiro capítulo de desenvolvimento do tema, foi tratado sobre a teoria geral da responsabilidade civil, com o foco no elemento do dano extrapatrimonial, cuja temática tem estrita relação com os direitos da personalidade. Também está presente nesse capítulo os elementos da responsabilidade civil, o comparativo e a descrição da responsabilidade subjetiva e objetiva e o tema da responsabilidade civil na internet.

O segundo capítulo dispõe sobre a violação dos direitos da personalidade, em especial nas redes sociais, além de conceituar e mostrar a relevância desses direitos para os indivíduos. Foi abordado também sobre o tema das *fake news*, qual a sua definição, o porquê de ser um tema muito debatido atualmente, a sua normatização e os perigos que a sua disseminação no ambiente virtual trazem às pessoas.

O terceiro e último capítulo de desenvolvimento do tema traz a responsabilidade das redes sociais propriamente dita, aborda o entendimento jurisprudencial e doutrinário acerca do tema, e mostra o novo entendimento da responsabilidade após o Marco Civil da Internet. Além disso, tem-se a abordagem de críticas ao Marco Civil da Internet e ao novo entendimento trazido pela lei acerca da responsabilidade civil dos provedores de aplicações, especificamente, dos provedores de redes sociais.

## 2 TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A responsabilidade civil, seja ela por dano patrimonial ou extrapatrimonial, surge de uma ação ou omissão danosa que alguém, atuando, a princípio, de forma ilícita, viola uma regra jurídica já existente, regra essa legal ou contratual. A pessoa que cometeu a atividade danosa, assim, arcará com as consequências do ato na esfera civil por meio da obrigação de reparar o dano.

No direito privado, o ressarcimento do dano é de interesse particular, e sujeita o infrator a compensação pecuniária à vítima, caso não haja possibilidade de reparação “in natura” do estado anterior das coisas antes da violação ter sido cometida. Dessa forma, para caracterização da responsabilidade civil, deve haver uma conduta, o dano e o nexo de causalidade.

Paulo Nader defende que responsável é o agente que está subordinado às consequências pela violação do dever, e cabe a ele assegurar possíveis indenizações. Aqueles que são responsáveis por pessoas ou por instituições precisam zelar por suas ações. Quando se afirma que certo motorista tem responsabilidade no trânsito, significa que é dever dele agir com prudência, assim como se os professores saem da sala de aula com os seus alunos, eles precisam ser vigilantes e atenciosos para que nada de negativo ocorra com os estudantes.

Além disso, é senso comum que caso seja declarado que uma pessoa é responsável, quer dizer que ela cumpre corretamente com os seus deveres. Assim, a necessidade de indenizar ou reparar alguém faz parte da esfera jurídica, mas também pode estar fora dela, é necessária a análise do instituto da responsabilidade civil para a devida compreensão de se a pessoa é, realmente, responsável por algum dano causado a um terceiro.

A responsabilidade civil parte, então, do pressuposto de descumprimento de certo dever jurídico, entretanto, essa responsabilidade pode surgir por um ator direto ou por um autor indireto. A responsabilidade é indireta, conforme Paulo Nader:

Diz-se indireta a autoria quando o agente responde pelos atos que não praticou, mas terceiro ou coisas. Para tanto, deve haver um liame jurídico entre o responsável e o executor do ato, como pai e filho, tutor e pupilo, patrão e empregado. A culpa daquele será in vigilando ou in eligendo. Se a responsabilidade deriva da obrigação de guarda da coisa causadora (animais ou bens materiais), a culpa se diz in custodiendo. (NADER Paulo, 2016, p.6)

Ainda sobre a responsabilidade indireta, o Código Civil de 2002 trata da responsabilidade civil por um ato próprio e também da responsabilização indireta, conforme se apresenta no artigo 932, da responsabilidade civil por ato de terceiro, artigo 936, da responsabilidade civil por fato do animal, artigo 937, da responsabilidade civil por fato da coisa, no artigo 938, todos representam a responsabilidade civil indireta, conforme exposto adiante:

Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

I — os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;

II — o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;

III — o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

IV — os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;

V — os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

Art. 936. O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

Art. 937. O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.

Art. 938. Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido. (Código Civil de 2002, artigos 932 e incisos, 936, 937, 938)

Quanto a natureza jurídica da responsabilidade civil, ela tem a característica de sanção, que é resultado da prática de um ato considerado ilícito. Assim, compreende Stolze (2017), que a natureza jurídica da responsabilidade civil será sempre de sanção, a despeito de ser uma indenização, compensação pecuniária ou uma pena.

A respeito da responsabilidade civilmente considerada, a sanção representa, em regra, a reparação dos danos causados pelo agente. Existem, desse modo, três funções principais que direcionam o entendimento da finalidade da reparação civil, são eles a desencorajamento social da conduta lesiva, a compensação do dano à vítima, e a punição do ofensor.

Na compensação do dano o objetivo é a reparação civil, cujo propósito é o retorno das coisas ao *status quo ante*, ou seja, ao retorno de como as coisas eram. Tenta-se repor a coisa, mas caso não haja essa possibilidade é de determinada a indenização de um *quantum* indenizatório em equivalência ao bem ou ao direito violado.

Segundo Stolze, não deve ser confundida a responsabilidade com a obrigação. A primeira surge apenas quando não é naturalmente cumprida a obrigação, sendo consequência de um inadimplemento da obrigação, por exemplo. Vale ressaltar que a responsabilidade não depende da obrigação para existir, a exemplo do caso do fiador, responsável pelo pagamento, mas o afiançado que é de fato obrigado pelo pagamento.

Vale ressaltar que no tema da responsabilidade civil há importância a análise jurisprudencial, Paulo Nader destaca esse pensamento:

Embora os princípios inspiradores da responsabilidade civil se mantenham estáveis, fundados na ideia de reparação, as suas normas reguladoras se revelam dinâmicas, destacando-se a importância da jurisprudência, tanto na definição das normas explícitas da ordem jurídica quanto nas implícitas que esta contém. O progresso, com as formas requintadas de provocação de danos individuais e metaindividuais, exige a adaptação do Jus Positum ao novo quadro social. (NADER Paulo, 2016, p.4)

A responsabilidade civil pode surgir de uma violação contratual ou extracontratual (também chamada de aquiliana). Ela é contratual quando vem da afronta a uma obrigação pautada em um contrato antes fixado, já a extracontratual vem de uma conduta contrária à norma legal.

## 2.1 Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva

Pode ser subjetiva ou objetiva a responsabilidade civil. Ela é subjetiva quando decorre de dano causado por um ato doloso ou culposos, ocorre quando o agente a ser responsabilizado atua com negligência ou imprudência. A ideia geral da

responsabilidade civilista, nesse caso, segundo a doutrina subjetiva, corresponde ao sentido de que cada pessoa responde pela própria culpa.

Entretanto, existem circunstâncias em que o ordenamento jurídico destina a responsabilidade a alguém por um dano em que esse alguém não causou de modo direto, mas sim uma outra pessoa com quem possui certo tipo de relação jurídica. Há, nesses casos, uma espécie de responsabilidade civil indireta, em que o critério culpa não é retirado, mas sim presumido, em respeito ao dever de vigilância que a pessoa está obrigada. Esse tipo de responsabilidade indireta também ocorre com provedores de redes sociais, que, muitas vezes, são réus em demandas de responsabilidade civil com outros particulares causadores dos danos.

Há situações em que não é necessário comprovar o elemento culpa, sobre elas recaem a responsabilidade civil objetiva. Dessa forma, os elementos subjetivos do dolo e da culpa na conduta de quem causou o dano não é juridicamente relevante, sendo necessário apenas demonstrar o nexo de causalidade entre o dano e a conduta responsável por ele, só quando comprovada essa relação que será possível indenizar. Contudo, a culpa também pode ser questionada quando se tratar de uma responsabilidade civil objetiva. Isso ocorre, por exemplo, quando o réu, para se defender, afirma que houve culpa exclusiva da vítima, para que não seja obrigado a indenizar.

Existe, similarmente, a culpa concorrente, prevista no artigo 945, do Código Civil de 2002, que diz que poderá ser declarada para redução do valor da indenização. A teoria objetiva prega a reparação do dano com fundamento no risco da atividade exercida pela pessoa. Assim, a responsabilidade deixa de observar a ideia da culpa e passa a levar em consideração a ideia de risco. Em regra, o agente é responsabilizado pela ação ou omissão, dolosa ou culposa, mas há casos em que é dispensado o elemento culpa e a responsabilidade é analisada de forma objetiva.



## 2.2. Pressupostos da Responsabilidade Civil

De acordo com o Código Civil de 2002, artigo 186: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Desse modo, fica estabelecido, segundo a doutrina majoritária, que esse é o princípio universal da responsabilidade civil extracontratual, também chamada de aquiliana, em que quem causa dano a outra pessoa tem o dever de reparar o dano.

Ainda de acordo com o artigo citado acima, são quatros os elementos principais da responsabilidade civil: a culpa ou dolo (quando for na sua forma subjetiva), ação ou omissão, dano causado à vítima e relação de causalidade.

Paulo Nader expressa os requisitos essenciais da responsabilidade civil:

Como se verá, dois são os requisitos essenciais às modalidades de responsabilidade civil: a existência de prejuízo e o nexo de causalidade. Em algumas, exige-se a culpa e, em outras, prevalece a teoria do risco criado. A plena cognição da matéria requer, entretanto, o estudo dos fundamentos e a sua evolução. Como se verá, há quem sustente a teoria do risco integral, que dispensa a prova do nexo de causalidade para situações especialíssimas. (NADER Paulo, 2016, p.6)

### 2.2.1. Ação ou omissão

A lei faz referência a ação ou omissão de pessoa que cause danos a outrem. Entretanto, essa responsabilidade pode surgir de um ato próprio, de terceiro com quem tenha relação ou guarda, e de coisas e animais que sejam da pessoa. Quanto a reponsabilidade por ato praticado por terceiros, ela ocorre quando os filhos são essa terceira pessoa, quando o empregador tem a responsabilidade por atos de seus empregados, os educadores pelos seus discentes, a pessoa jurídica de direito público por algo feito pelos seus servidores, entre outras situações, como a participação em objeto criminoso.

Um fato causado pela natureza não enseja a responsabilidade civil quando não for possível atribuir o fato à pessoa, ou seja, se a pessoa natural ou jurídica não tiver relação com o ocorrido. O agente causador do dano tem que praticar a ação de forma

voluntária para que seja caracterizada a responsabilidade, seja ela subjetiva ou objetiva, conforme determina Paulo Stolze:

Em outras palavras, a voluntariedade, que é pedra de toque da noção de conduta humana ou ação voluntária, primeiro elemento da responsabilidade civil, não traduz necessariamente a intenção de causar o dano, mas sim, e tão somente, a consciência daquilo que se está fazendo. E tal ocorre não apenas quando estamos diante de uma situação de responsabilidade subjetiva (calcada na noção de culpa), mas também de responsabilidade objetiva (calcada na ideia de risco), porque em ambas as hipóteses o agente causador do dano deve agir voluntariamente, ou seja, de acordo com a sua livre capacidade de autodeterminação. Nessa consciência, entenda-se o conhecimento dos atos materiais que se está praticando, não se exigindo, necessariamente, a consciência subjetiva da ilicitude do ato. (STOLZE Pablo. 2017, p.78)

No caso de um jovem menor de 16 anos, logo, absolutamente incapaz para o direito civil, que tenha quebrado a janela de um vizinho, por exemplo, continua a incidência da responsabilidade civil, devendo ser os pais os responsáveis pelos prejuízos causados. Isso é válido, inclusive, quando houver uma eventual falta de consciência do ato pela criança, e só existe a possibilidade de retirada da responsabilidade civil caso o dano tenha sido ocasionado por um evento súbito da natureza.

Pablo Stolze trata da conduta humana, positiva ou negativa, representando a ação ou omissão, respectivamente, da seguinte forma:

Nesse contexto, fica fácil entender que a ação (ou omissão) humana voluntária é pressuposto necessário para a configuração da responsabilidade civil. Trata-se, em outras palavras, da conduta humana, positiva ou negativa (omissão), guiada pela vontade do agente, que desemboca no dano ou prejuízo. Assim, em nosso entendimento, até por um imperativo de precedência lógica, cuida-se do primeiro elemento da responsabilidade civil a ser estudado, seguido do dano e do nexo de causalidade. (STOLZE Pablo, 2017, p.77)

A conduta humana pode ser dividida em positiva ou negativa, a primeira representa um ato ativo, a prática de uma conduta, a exemplo de uma pessoa que joga uma bola na janela do vizinho. A segunda conduta diz respeito a uma omissão, ou uma atuação negativa, como no caso de uma enfermeira que deixa de dar o medicamento ao paciente e ele tem seus problemas de saúde agravados por isso. Vale destacar também que essa omissão deve ser voluntária, pois se não houver a voluntariedade, não haverá a conduta na omissão, logo, há ausência de responsabilidade civil.

### 2.2.2. Dolo ou culpa

O código civil, em seu artigo 186, faz referência ao dolo quando afirma que pode haver ação ou omissão voluntária. Faz, igualmente, referência à culpa, quando diz que pode existir negligência ou imprudência. A culpa representa a ausência de cuidado, enquanto o dolo diz respeito a vontade de praticar o ato com interesse no resultado pretendido. O dolo configura a violação do dever jurídico de modo pensado, com intenção.

A teoria subjetiva do direito civil prega que a vítima deve comprovar o dolo ou a culpa *stricto sensu* do violador para conseguir o direito de reparação do dano. Todavia, tendo em vista ser complicada a comprovação da culpa ou do dolo, é admitido no ordenamento jurídico certos casos de responsabilidade sem o elemento culpa, chamada de responsabilidade objetiva, baseada na teoria do risco.

A natureza da culpa tem aspectos diversos, conforme teoria subjetiva. A culpa grave é aquela assemelhada ao dolo, configura-se como uma falta imprópria, já a culpa leve é aquela falta que poderia ter sido evitada com uma atenção comum. Quanto a culpa levíssima, representa a falta possível de ser evitada apenas com excepcional atenção, com conhecimento e habilidade única.

De acordo com Carlos Gonçalves, a culpa ainda pode se caracterizar em *in elegendo*, caracterizada pela escolha ruim do preposto ou representante, pode ser *in vigilando*, quando há falta de fiscalização, *in omittendo*, decorrente de omissão, ou *in custodiendo*, caracterizada pela ausência de zelo na guarda de animal ou de objeto, por exemplo.

### 2.2.3 Nexos de causalidade

O nexo de causalidade representa a relação entre a omissão ou a ação que causou o dano e a pessoa causadora. Sem essa relação de causa imputada ao agente não há obrigação de indenização, pois se existiu o dano, mas a causa não tiver sido o comportamento do agente, então não é configurada a responsabilidade deste, não sendo obrigado indenizar.

Serpa Lopes, sobre o nexo de causalidade, informa:

Uma das condições essenciais à responsabilidade civil é a presença de um nexo causal entre o fato ilícito e o dano por ele produzido. É uma noção

aparentemente fácil e limpa de dificuldade. Mas se trata de mera aparência, porquanto a noção de causa é uma noção que se reveste de um aspecto profundamente filosófico, além das dificuldades de ordem prática, quando os elementos causais, os fatores de produção de um prejuízo, se multiplicam no tempo e no espaço. (LOPES, 2001, p. 218)

Logo, nota-se que a relação de causalidade é primordial para se configurar a responsabilidade civil. Um exemplo de isenção de responsabilização ocorre quando alguém tenta suicidar-se e se joga na frente de um carro em movimento, assim, a pessoa que dirigia o carro não é responsável pelo ocorrido, pois houve a culpa exclusiva da vítima.

#### 2.2.4 O Dano

Para que haja a responsabilidade civil é preciso que seja provado o dano. O dano sofrido pode ser tanto material quanto moral. Quando não há dano não há também a pretensão de reparar. O Código Civil de 2002, em seu artigo 186, diz que pratica ato ilícito aquele que violar direito e causar dano a outrem, fica comprovado, assim, a necessidade de haver o dano. Além disso, o ato ilícito também pode decorrer de abuso de poder, conforme o artigo 187 do Código Civil. Dessa forma, o dever de indenizar vem da violação de um direito juntamente com o dano provocado pela violação.

O referido código, em seu artigo 186, diz: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.” Já o artigo 187 diz o seguinte: “Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.”.

Qualquer que seja a forma de responsabilidade, se contratual ou extracontratual, subjetiva ou objetiva, a presença do dano é essencial para que haja o dever de indenizar e, de modo consequente, a responsabilidade civil. Sérgio Cavalieri Filho defende a inafastabilidade do dano conforme a seguir:

O dano é, sem dúvida, o grande vilão da responsabilidade civil. Não haveria que se falar em indenização, nem em ressarcimento, se não houvesse o dano. Pode haver responsabilidade sem culpa, mas não pode haver responsabilidade sem dano. Na responsabilidade objetiva,

qualquer que seja a modalidade do risco que lhe sirva de fundamento — risco profissional, risco proveito, risco criado etc. —, o dano constitui o seu elemento preponderante. Tanto é assim que, sem dano, não haverá o que reparar, ainda que a conduta tenha sido culposa ou até dolosa. (CARVALIERI Sérgio Filho, 2000, p.70)

É possível conceituar o dano como uma violação ao dever jurídico amparado, patrimonial ou extrapatrimonial, vindo de uma ação ou omissão do agente causador. O dano ou prejuízo pode ser de um direito patrimonial ou extrapatrimonial, que são os de interesse personalíssimo, a exemplo dos direitos chamados da personalidade para o Direito Civil, como o dano moral. Sobre isso Clayton Reis diz o seguinte:

(...)a concepção normalmente aceita a respeito do dano envolve uma diminuição do patrimônio de alguém, em decorrência da ação lesiva de terceiros. A conceituação, nesse particular, é genérica. Não se refere, como é notório, a qual o patrimônio é suscetível de redução. (REIS Clayton, 1995, p.1)

Cabe o ônus da prova ao autor da demanda, mas há casos em que ocorre a inversão do ônus da prova, como nas relações de consumo. Além disso, o Código de Processo Civil de 2015 ampliou significativamente quando expandiu a inversão para qualquer situação ou hipótese que haja dificuldade da construção probatória.

Conforme Mário Moacyr Porto (1989), a obrigação de reparar surge de uma sanção pela ilicitude cometida pelo agente, com um caráter de pena privativa. Diz o autor que a afronta aos direitos da personalidade permite uma restituição pecuniária ainda que nenhum dano material surja das ofensas, essa é uma suposição de violação a regras jurídicas de interesses privados.

O dano, para o direito civil, não deve ser encarado apenas como algo individual, pois ele pode ser de interesse de toda a coletividade, já que a afronta patrimonial ou extrapatrimonial a alguém interfere também no direito de outras pessoas e tem repercussão social, conforme defende Aguiar Dias:

(...) do ponto de vista da ordem social, consideramos infundada qualquer distinção a propósito da repercussão social ou individual do dano. O prejuízo imposto ao particular afeta o equilíbrio social. É, a nosso ver, precisamente nesta preocupação, neste imperativo, que se deve situar o fundamento da responsabilidade civil. Não encontramos razão suficiente para concordar em que à sociedade o ato só atinge em seu aspecto de violação da norma penal, enquanto que a repercussão no patrimônio do indivíduo só a este diz respeito. Não pode ser exata a distinção, se atentarmos em que o indivíduo é parte da sociedade; que ele é cada vez mais considerado em função da cole-

tividade; que todas as leis estabelecem a igualdade perante a lei, fórmula de mostrar que o equilíbrio é interesse capital da sociedade. (AGUIAR Dias, 1994, p. 7-8).

Como reparação do dano é considerada uma sanção determinada ao agente causador do prejuízo em favor daquele que tiver sido lesado, em regra, todos os danos precisam ser ressarcidos. No entanto, para que o dano seja de fato compensável ou reparável é preciso que haja a união de requisitos, que são a violação de um interesse jurídico extrapatrimonial ou patrimonial de pessoa jurídica ou física, a certeza do dano e a subsistência do dano.

A certeza do dano ocorre quando o dano é certo, efetivo, o dano não pode ser hipotético nem fazer parte de uma abstração, contudo, a perda econômica não ser precisa não impede a responsabilidade, como no caso dos direitos da personalidade, o que veta a responsabilidade de dano indenizável é o dano não ser certo.

### 2.3 Responsabilidade Civil por Danos Extrapatrimoniais

A responsabilidade civil pode incidir sobre danos patrimoniais ou danos extrapatrimoniais, a doutrina divide também os danos em estéticos. Os danos patrimoniais ou materiais configuram prejuízos que chegam ao patrimônio físico de uma pessoa natural, jurídica ou despersonalizada. A jurisprudência entende que o dano não pode ser hipotético, mas tem que ser de fato comprovado.

Quanto aos danos materiais, doutrinariamente é usado o termo ressarcimento como sanção, mas também pode ser usada a expressão reparação. Entretanto, em relação aos danos morais usa-se o termo reparação. Sobre os danos materiais, há os emergentes ou positivos, que ocorrem quando há uma clara redução do patrimônio da vítima. Existem ainda os danos negativos ou lucros cessantes, que são valores que a pessoa prejudicada deixa de ganhar ou de lucrar, ocorre, por exemplo, quando um taxista deixa de receber valores e de trabalhar por conta de um acidente de trânsito.

Os danos extrapatrimoniais, também chamados de danos imateriais ou danos morais surgiu como um dano passível de reparação com a Constituição Federal de

1988. O dano moral afeta os direitos da personalidade, expressos no Código Civil, artigos 11 a 21. Não há, para a reparação, um valor monetário certo e definido da violação, mas uma forma de amenizar as consequências do prejuízo não material, por esse motivo é dito que o dano moral é reparável e não ressarcido, porque ele visa atenuar um prejuízo imaterial que não tem um preço certo.

De acordo com Carlos Roberto Gonçalves, sobre o dano moral leciona:

Dano moral é o que atinge o ofendido como pessoa, não lesando seu patrimônio. É lesão de bem que integra os direitos da personalidade, como a honra, a dignidade, intimidade, a imagem, o bom nome, etc., como se infere dos art. 1º, III, e 5º, V e X, da Constituição Federal, e que acarreta ao lesado dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação. (GONÇALVES, Carlos Roberto, 2017, p.388)

A reparação não tem o fim determinado de acréscimo ao patrimônio, mas de compensação pelas ofensas sofridas, por isso sobre essa reparação não incide imposto de renda, conforme súmula 498 do Superior Tribunal de Justiça. Desse modo, diz Fernando Noronha:

(...)a reparação de todos os danos que não sejam suscetíveis de avaliação pecuniária obedece em regra ao princípio da satisfação compensatória: o quantitativo pecuniário a ser atribuído ao lesado nunca poderá ser equivalente a um 'preço', será o valor necessário para lhe proporcionar um lenitivo para o sofrimento infligido, ou uma compensação pela ofensa à vida ou à integridade física (NORONHA Fernando, 2003, p. 569)

Além da reparação em dinheiro, é possível a compensação in natura para o dano moral. O enunciado aceito na VII Jornada de Direito Civil de 2015 expressa o tema: "A compensação pecuniária não é o único modo de reparar o dano extrapatrimonial, sendo admitida a reparação in natura, na forma de retração pública ou outro meio" (Enunciado n. 589). Assim, faz-se possível o direito de resposta em situações de afronta a honra em meios de comunicação. Esse direito de resposta foi regulamentado pela Lei 13.188, de 2015.

O dano moral em sentido próprio, também denominado de dano moral in natura é aquele que causa tristeza, dor, sofrimento, amargura, depressão, angústia, assim, configura aquilo que é sentido pela pessoa. Entretanto, para que haja o dano moral não é fundamental a presença desses sentimentos humanos considerados negativos,

pois há também o dano moral da pessoa jurídica, inclusive, segundo a Súmula 227 do STJ, e, de acordo com a o enunciado V da Jornada de Direito Civil: “O dano moral indenizável não pressupõe necessariamente a verificação de sentimentos humanos desagradáveis como dor ou sofrimento” (Enunciado n. 445).

O dano moral pode ser direto ou indireto, o direto faz referência a uma lesão determinada de um direito extrapatrimonial, já o indireto é construído quando existe uma afronta específica a bem jurídico ou interesse de natureza material, mas que de forma reflexa resulta em lesão a esfera extrapatrimonial, isso ocorre, por exemplo, em casos de um furto de objeto de valor afetivo, desse modo, além da perda material é configurada a violência moral.

Quanto à reparação do dano, não é possível uma reposição in natura completa dos direitos extrapatrimoniais de alguém, pois a moral, a honra ferida não consegue retornar a instância quo ante, ou seja, a como era antes do dano, mas é possível uma tentativa de quase reposição.

## 2. 4 Responsabilidade Civil na Internet

O uso da internet está cada vez mais comum, o que tornou necessário o estudo da responsabilidade civil neste meio, inclusive a responsabilidade no uso das redes sociais, por exemplo. A Lei de número 12.965/2014, intitulada de Marco Civil da Internet ajudou a delimitar as responsabilizações no seu uso, trouxe direitos, princípios, garantias e deveres sobre a utilização da internet no Brasil, não só para os usuários como também para os aplicativos de internet e os provedores.

O Marco Civil da Internet recebeu regulamentação em 2016 pelo Decreto de número 8.771, tem como princípio a rede neutra e a guarda a registros, dados pessoais e conversas privadas. Segundo José Eduardo Pierre e Rebeca Garcia:

o decreto dá importante passo para usuários, provedores e empresas que se valem da internet para desenvolver e criar negócios traz mais luz a um ambiente que ainda carece de uma lei de proteção de dados e de maior segurança jurídica (...) O decreto deixa também incertezas, não só pela amplitude de conceitos ou por manter abertos temas como critérios de



aplicação de sanções, mas por ser mesmo novidade. Seu esclarecimento dependerá, sobretudo, do amadurecimento pela prática comercial e jurídica, incluindo a interpretação a ser dada pelos tribunais. Uma coisa é certa: as repercussões da regulamentação são diversas e relevantes, e já estão na ordem do dia de usuários e empresas. (PIERI, GARCIA, Revista Consular Jurídico, 2016, p.1)

A responsabilidade civil por ofensa aos direitos da personalidade, por exemplo, não apenas os autores da afronta podem ser responsabilizados como também os que ajudaram, de alguma forma, a divulgar. Carlos Gonçalves diz o seguinte: Havendo ofensa à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, podem ser responsabilizados não somente os autores da ofensa como também os que contribuíram para a sua divulgação.

Antonio Jeová Santos defende sobre o tema da responsabilidade civil dos provedores de internet, que são passíveis de ofender terceiros e indenizar por dano moral a pessoa violada:

(...)tanto aos conteúdos próprios como aos conteúdos de terceiros, aqui estabelecidos como diretos e indiretos, respectivamente. Quando ocorre o conteúdo próprio ou direto, os provedores são os autores. As notas ou artigos foram elaborados pelo pessoal da empresa que administra o provedor. A respeito dos conteúdos de terceiros ou indiretos, também são responsáveis em forma objetiva, já que antes de realizar o link a outra página ou site, necessariamente, teve que ser analisada e estudada. De maneira tal que, ao eleger livremente a incorporação do link, necessariamente tem que ser responsável por isso. (SANTOS, 2008, p. 119)

A indenização por danos morais provocados na internet não é assunto pacífico na jurisprudência. O Superior Tribunal de Justiça já determinou, em sua Segunda Turma, conforme adiante, entretanto, o entendimento ainda não é uniforme:

Quem viabiliza tecnicamente, quem se beneficia economicamente e, ativamente, estimula a criação de comunidades e página de relacionamento na Internet é tão responsável pelo controle de eventuais abusos e pela garantia dos direitos da personalidade de internautas e terceiros como os próprios internautas que geram e disseminam informações ofensivas aos valores mais mezinhas da vida em comunidade, seja ela real ou virtual (STJ, REsp 11.763-RO, 2a T., rel. Min. Herman Benjamin, DJU, 9-3-2010)

A Súmula 221 do Supremo Tribunal de Justiça traz um entendimento de relevância acerca da responsabilidade: “São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação”.

### **3 FAKE NEWS E A VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NAS REDES SOCIAIS**

#### **3.1. Dos Direitos da Personalidade**

Os direitos da personalidade representam o direito à vida, à integridade tanto física quanto psicológica, ao nome, à honra, ao direito moral, à imagem, à vida privada, à liberdade, entre outros direitos vistos como pessoais. Eles são definidos por Adriano Cupis do seguinte modo:

(...)aqueles direitos subjetivos cuja função, relativamente à personalidade, é especial, constituindo o minimum necessário e imprescindível ao seu conteúdo... sem os quais à personalidade restaria uma susceptibilidade completamente irrealizada, privada de todo o valor concreto: direitos sem os quais todos os outros direitos subjetivos perderiam o interesse para o indivíduo – o que vale dizer que, se eles não existissem, a pessoa não existiria como tal. (DE CUPIS, Adriano, 1961, p.17)

Os direitos da personalidade têm relação com o primado da dignidade da pessoa humana, eles são caracterizados como intrínsecos à própria pessoa e aos seus valores, de acordo com Rubens Limongi França (1975), esses direitos são faculdades jurídicas cujo objeto são os diversos aspectos da própria pessoa humana, com os seus prolongamentos e emanações.

Tem-se os direitos personalíssimos como algo elementar, primordial, cuja falta iria fazer com que a personalidade humana não tivesse o sentido resguardado. As ausências desses direitos reduziriam o ser humano a apenas um centro de destinação de direitos, de caráter econômica, e de deveres, ele, em sua integridade pessoal, não seria o foco das relações jurídica, mas somente um mero participante. Esses direitos representam, então, bens jurídicos, objetos de direito.

Para saber se existe violação aos direitos da personalidade é viável analisar se houve lesão a própria personalidade da pessoa. Há lides personalíssimas que também podem ser dotadas de economicidade, e isso não retira a característica personalíssima da questão e nem viola o princípio da dignidade da pessoa humana.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, traz vários direitos considerados da personalidade, a exemplo da honra, no inciso X, a vida privada e a imagem, nos incisos IV, VI, IX, XIII, XVI, XVII. Quanto ao Código Civil, há um capítulo destinado aos direitos da personalidade, versando sobre o tema os artigos 11 a 21, todavia, conforme a IV Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal, no Enunciado 274, essa normatização não é taxativa, pois representa apenas a tutela geral da personalidade, presente no artigo 1º, III, da Constituição Federal, que trata do princípio da dignidade da pessoa humana.

Com o passar do tempo, os direitos da personalidade se dividem e formam outros direitos com a mesma autonomia, como exemplo dessa mutação jurídica há o segredo ou sigilo, que deu vida à privacidade ou intimidade, e passou a ser também da vida privada. Isso mostra que os tipos de direitos da personalidade não são estagnados no tempo.

Os direitos da personalidade são revestidos de diversas características peculiares, por tratarem sobre a pessoa humana, eles têm alto valor. Esses direitos não são destituídos da pessoa, ou seja, são intransmissíveis, representam os atributos próprios do indivíduo e não estão sujeitos à renúncia. Eles não se destituem do titular, pois eles dão sustento a personalidade e a dignidade humana.

Os direitos da personalidade são inatos, pois é um atributo inerente a própria condição humana, cuja aquisição é constituída da personalidade. Vale ressaltar, entretanto, que existem direitos personalíssimos originários ou necessários, e os eventuais ou derivados. Os originários são aqueles que estão com o indivíduo desde o início de sua existência, como a integridade física e a vida. Já os derivados dependem da constituição de questões futuras, como o direito moral de um autor, que depende da produção autoral para que ele se constitua.

São considerados também absolutos e oponíveis erga omnes, pois todos devem respeitá-los e merecem uma proteção especial. No entanto, embora sejam absolutos, não podem ser taxados de ilimitados, pois todos os direitos encontram limitações, a palavra absoluta vem do sentido de ser cabível ampla guarda.

Os direitos personalíssimos são imprescritíveis, mesmo que a pessoa não reaja e nem busque sua tutela em juízo, ainda perdura o seu direito e guarda. Não são

direitos transitórios, mas perenes. Contudo, Adriano Godinho diz o seguinte sobre a prescrição nos casos de pretensões patrimoniais a respeito da lesão a esses direitos:

Não há prazo de caducidade relativo à titularidade dos direitos da personalidade, mas as pretensões patrimoniais decorrentes da violação destes direitos estão sujeitas aos prazos de prescrição estabelecidos em lei. Assim, caso uma pessoa seja vítima de afrontas aos seus bens da personalidade, poderá reclamar a devida reparação dos danos experimentados, muito embora esta pretensão condenatória esteja adstrita ao prazo prescricional de três anos, previsto pelo § 3º, inciso V do art. 206 do Código Civil brasileiro. (GODINHO, Adriano, 2013, p. 183)

Outra característica dos direitos da personalidade é a vitaliciedade, pois estão com a pessoa durante a sua existência toda, e, muitas vezes, gerando reflexos mesmo após a morte. Além disso, são extrapatrimoniais, pois não são movidos a satisfação de necessidade econômica, nem de patrimônio material, não podem ser delimitados em pecúnia. De acordo com Adriano Godinho:

O que se deve observar, fundamentalmente, é que não se admite a patrimonialização ou comercialização do direito em si, mas meramente a autorização para que terceiros dele explorem certos aspectos de caráter patrimonial. É o que se passa, por exemplo, quando uma pessoa permite o uso de uma fotografia sua em campanha publicitária, o que se admite porque, embora não comportem apreciação monetária, certos aspectos dos direitos da personalidade são dotados de economicidade e, por isso, são disponíveis pela via negocial, posto não respeitarem à personalidade e à dignidade em si mesmas. (GODINHO, Adriano, 2013, p. 184)

Além disso, é possível a existência de lesão aos direitos da personalidade, a exemplo da propagação de fatos de versem sobre a intimidade ou a honra de um sujeito, cuja sanção poderá ser o pagamento, pelo infrator, de alguma quantia ao terceiro violado, pois com a responsabilidade civil surge o dever de reparação dos danos gerados. Mesmo assim, não é possível afirmar que esses direitos têm caráter patrimonial, pois o que é medido em dinheiro é a obrigação reparadora do dano, com a finalidade única de compensar à vítima das ofensas sofridas. Destarte, não é cabível valoração econômica do próprio direito.

Segundo o artigo 11 do Código Civil, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis. Intransmissíveis porque somente a própria pessoa é capaz de ser titular, não sendo possível o seu desentranhamento e posterior cessão de direitos, seja oneroso ou gratuito. São irrenunciáveis também, pois não podem

recusar a sua titularidade. Pode haver, entretanto, pequenas alterações ao exercício de algum dos direitos, desde que não haja a exclusão do direito em si.

Sobre a irrenunciabilidade desses direitos foi interpretado, na III Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal, Enunciado 134, artigo 11, que os direitos da personalidade podem sofrer limitações, mesmo não especificadas em lei, não podendo ser exercidos mediante abuso de direito do titular, contrariando a boa-fé objetiva. No entanto, em regra, fica proibida as limitações voluntárias ao exercício desses direitos, exceto quando a lei permitir. Levando-se em conta também os enunciados e o entendimento jurisprudencial sobre o tema.

Sobre a responsabilidade civil frente os direitos da personalidade, Adriano Godinho defende:

No que tange aos meios de tutela, a amplitude dos direitos da personalidade projeta a sua proteção para além do universo da responsabilidade civil decorrente da prática do ato ilícito que os viola. O art. 12 do Código Civil, depois de permitir a reclamação das perdas e danos, prevê a possibilidade de se exigir a cessação da lesão ou da mera ameaça de lesão a direito da personalidade, sem prejuízo de outras medidas, que, além da indenização cabível, podem emergir por meio de retratação, de direito de resposta ou de outra medida que confira ao indivíduo o resguardo cabal daquele direito. (GODINHO, Adriano, 2013, p. 185)

No referente ao artigo 12 do Código Civil, existem três possíveis formas de tutela dos direitos personalíssimos, de possível cumulação, são elas: a tutela inibitória, a atenuação dos danos, e a responsabilidade civil, e há, ainda a autotutela. A tutela inibitória tem natureza de prevenção, a lei faculta o seu exercício. A única forma de vetar a lesão por completo é por essa tutela, tendo em vista que ela age para coibir apenas uma ameaça a dano. A aceitação da atuação anterior ao próprio dano é justificada pois muitas vezes não há uma forma eficaz para acabar com os efeitos decorrentes do dano extrapatrimonial, como no caso de uma grave violação à honra.

Na tutela inibitória, as medidas podem ser aplicadas à pessoa que, com a sua conduta (omissiva ou comissiva), deixa sob ameaça os direitos da personalidade de terceiros. Desse modo, as pessoas que ameacem violar os direitos da personalidade de outras podem ser submetidas ao cumprimento da obrigação de fazer ou de não fazer.

A segunda forma de tutela é a atenuante, cujo propósito é abrandar os efeitos do dano sofrido por alguém. Todas as vezes que houver a possibilidade reparar o dano por completo, de forma a retornar ao estado original anterior ao dano, deve ser feito, mas, muitas vezes não é cabível a completa exclusão da lesão, acontece, por exemplo, quando alguém morre. Segundo Tiago Soares da Fonseca:

No caso da ofensa à honra e ao bom nome, proferida em público, a retratação poderá se revelar a melhor medida para permitir a reconstituição in natura do dano; havendo a violação da intimidade de uma pessoa, cometida através do uso não consentido de fotografias, a reconstituição natural poderia consistir na devolução ou destruição das cópias e dos respectivos negativos, se existirem. (FONSECA, Tiago Soares, 2006, p.250)

Vale ressaltar que a medida protetiva dos direitos, a retratação ou o direito de resposta deverá ser proporcional ao dano sofrido, não pode a pessoa lesada usar da medida como forma de obter vantagem e de lesar terceiros. O direito de retratação, por exemplo. Tem que ser suficiente para mitigar ou eliminar o dano, sem excesso. Assim, é viável que quando é divulgado algo inverídico que prejudique a honra e a imagem de alguém, o titular do direito possa ter direito a resposta no mesmo veículo e pelo mesmo tempo em que a divulgação tenha sido exibida.

Além disso, é preciso ter parcimônia quanto houver atrito de direitos fundamentais, quando, por exemplo, de um lado estiver a proteção aos direitos da personalidade e de outro o direito à liberdade de imprensa e de expressão, essa ressalva tem que ser levada em conta tanto na tutela inibitória quanto na atenuante. Nesse impasse de direitos, o magistrado pode proteger o direito à informação, mas cuidar para que esse direito não fira os bens jurídicos essenciais para a dignidade da pessoa humana, deve existir a ponderação dos direitos e a análise de cada caso concreto.

A terceira forma de tutela é a repressiva, aquela que gera a responsabilidade civil do infrator. Ela busca a reparação pecuniária dos danos já consumados sofridos pela pessoa lesada em seus direitos da personalidade. O regime jurídico da responsabilidade civil, no Código Civil, está presente nos artigos 927 a 954. O caput do artigo 927 diz que quem causar dano a outra pessoa, por ato ilícito, fica obrigado a repará-la. O ato ilícito cujo artigo citado se refere é disciplinado no Código Civil, nos artigos 186 e 187.

O mesmo artigo 927, em seu parágrafo único, versa que: "Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem". Esse dispositivo normativo traz as bases da teoria objetiva e subjetiva da responsabilidade civil, a subjetiva resguardada na culpa ou dolo e a objetiva no risco inerente à atividade. Segundo Adriano Godinho:

Depois de consagrar normas gerais sobre a responsabilidade civil, o legislador cuidou de estabelecer disposições especificamente voltadas para a repressão – leia-se, a imposição de um dever de reparação – das violações aos direitos a personalidade, nomeadamente a vida, a integridade física, a honra e a liberdade pessoal. Naturalmente, tal não importará dizer que os demais direitos da personalidade não referidos expressamente pelo Código Civil estejam desguarnecidos, porque sua proteção deriva quer das regras gerais de tutela destes direitos (art. 12 do Código Civil, mormente) e da normatização da responsabilidade civil como um todo, quer da consagração de normas especiais (como, por exemplo, as regras proibitivas contidas na Lei n. 9.610/1998, que protege o titular do direito moral de autor contra violações praticadas por terceiros). (GODINHO, Adriano, 2013, p. 194)

A reparação proposta pela responsabilidade civil pode ser gerada de várias formas, como exemplo, há o caso de um homicídio consumado, em que Código Civil, no seu artigo 984, estabelece que a indenização configurará, sem prejuízo de outras possíveis reparações, como as de caráter moral, no pagamento de despesas e na prestação de alimentos a família da vítima. Há, dessa forma, o ressarcimento dos prejuízos econômicos causados à família.

Na indenização por lesão à honra, devido a injúria, como uma ofensa à honra subjetiva e a dignidade de alguém, a calúnia ou a difamação, que é uma lesão à honra, ao bom nome e ao respeito social de um indivíduo, determina o artigo 953, caput, do Código Civil que a indenização irá corresponder a reparação do dano que delas resulte à pessoa ofendida. Já o parágrafo único do mesmo artigo ajusta que se o ofendido não puder provar o prejuízo material, caberá ao juiz a fixação, de forma equivalente, conforme as circunstâncias de cada caso. Vale ressaltar, ainda, de acordo com a Súmula 37 do Superior Tribunal de Justiça, que "são cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato".



### 3.2 Os Direitos da Personalidade e a sua violação nas redes sociais

Com a expansão da utilização das redes sociais e a constante divulgação de fatos da vida privada, ampliou-se, também, a violação dos direitos da personalidade nesse meio, dentre os direitos violados, uns dos mais recorrentes é à imagem, à honra, à intimidade e à vida privada.

A jurisprudência brasileira traz casos recentes e de grande repercussão na mídia, que provam que a prestação jurisdicional requer ampla interpretação, devido, principalmente, a colisão de direitos na recente era da informação digital. Nas redes sociais online são utilizados, inclusive, perfis falsos, para as mais variadas finalidades, entre elas a de expor e divulgar informações negativas de outras pessoas, fazendo com que os direitos da personalidade do indivíduo sejam violados.

De acordo com Duarte e Kraus (2008), as redes sociais representam uma espécie de estrutura social formada por organizações e por pessoas, todas conectadas por relações, compartilhando projetos e valores comuns. Ainda segundo os autores, as redes têm como um de seus aspectos principais o da porosidade, que facilita a interação horizontal e não hierárquica entre os seus usuários. Além disso, nessas plataformas, tudo se faz e refaz de maneira rápida. Isso faz com que a violação dos direitos das personalidades nesses meios seja intensa e bastante danosa, devido a facilidade na circulação da afronta ao indivíduo.

Um exemplo de caso de ampla repercussão no Brasil, envolvendo a violação dos direitos da personalidade nas redes sociais, é o caso Cicarelli, ele envolveu a modelo Daniella Cicarelli Lemos e outro homem, com que estava tendo uma relação amorosa. O episódio de cenas de relações íntimas entre Cicarelli e o rapaz chamado Tato foi filmado por paparazzo (profissional que tira fotos e vídeos de famosos, para posterior venda do material), isso sem o consentimento expresso do casal. As cenas foram compartilhadas pela rede social Youtube e espalhadas rapidamente na internet, no IG e na Globo.

Renato Aufiero Malzoni Filho e Daniella Cicarelli Lemos ingressaram com ação judicial em face da rede Youtube, das Organizações Globo de Comunicação e do IG Internet Group do Brasil Ltda. A tutela liminar inibitória, visando a não exibição do

material divulgado, foi indeferida pelo Juiz da primeira instância. Diante disso, as partes recorreram da decisão, e entraram com o recurso de agravo de instrumento. O recurso foi provido e foi determinado a abstenção das empresas demandadas, em sede de tutela antecipada inibitória, sob a pena de uma multa diária no valor de 250.000,00 reais.

A empresa de rede social Youtube Inc. não cumpriu a decisão e continuou com a divulgação do vídeo. Dessa forma, foi pedida a providência de outras medidas no âmbito do judiciário, além da multa imposta, foi requerido o bloqueio de acesso à rede para os brasileiros. O bloqueio foi negado em primeira instância, até que houve a implementação do sistema impeditivo de acesso ao conteúdo íntimo, imagens e vídeo.

O Desembargador Ênio Santarelli Zuliani requisitou a colocada de filtro nas imagens para impedir o acesso, todavia, houve o bloqueio completo do acesso, requisitado pelo Tribunal. No entanto, a decisão permaneceu no sentido de bloquear apenas o acesso ao vídeo e não a todo o site de rede social Youtube. De acordo com Regina Beatriz Tavares da Silva:

Essa sentença pontuou dois lados da questão: de um lado, o argumento de que o direito à imagem é personalíssimo e absoluto, oponível a todos em qualquer situação, o que imporia sempre a obtenção de consentimento expresso para a divulgação; de outro lado, a consideração de que não há dever de abstenção na divulgação da imagem, em circunstâncias nas quais a imagem é exibida pela própria pessoa em local público. E concluiu que os autores, com sua conduta, deixaram que sua intimidade fosse observada em público, razão pela qual não teria havido violação à privacidade, honra e imagem. (SILVA, Regina Beatriz Tavares, 2012, p. 29)

Seguindo o entendimento de acórdão do Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal do caso em questão decidiu ser necessário por fim a exposição das imagens do casal, realizadas com o argumento de uma possível legalidade de punir a libertinagem, assim, não se justifica continuar com um castigo moral ao casal por conta da exposição das cenas. O julgamento tomou por parâmetro o valor primordial da dignidade da pessoa humana, que é tutelada e resguardada pelo direito da personalidade.

Entretanto, o Youtube excluiu apenas os vídeos dos links identificados e que forma conhecidos por meio das denúncias, não procurou os demais links nem criou um programa que fosse possível localizá-los. Assim, foi determinado, em decisão

judicial, a feitura do devido programa, retirando todos os links violadores. Em acórdão, foi dado reforço a sentença da primeira instância, conforme a seguir:

Ação inibitória fundada em violação do direito à imagem, privacidade e intimidade de pessoas fotografadas e filmadas em posições amorosas em areia e mar espanhóis – Esfera íntima que goza de proteção absoluta, ainda que um dos personagens tenha alguma notoriedade, por não se tolerar invasão de intimidades [cenas de sexo] de artista ou apresentadora de TV – Inexistência de interesse público para se manter a ofensa aos direitos individuais fundamentais [artigos 1º, III, e 5º, V e X, da CF] – Manutenção da tutela antecipada expedida no Agravo de Instrumento n. 472.738-4 e confirmada no julgamento do Agravo de Instrumento n. 488.184-4/3 – Provimento para fazer cessar a divulgação dos filmes e fotografias em websites, por não ter ocorrido consentimento para a publicação – Interpretação do art. 461, do CPC, e 12 e 21, do CC, preservada a multa diária de R\$ 250.000,00, para inibir transgressão ao comando de abstenção (acórdão da 4ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Ap.556.090-4/4-00).

Dessa forma, o Youtube deveria retirar o conteúdo violador e buscar ferramentas para localizá-los, sob pena de multa diária, para que não mais seja propagado o ilícito.

### 3.3 Fake News

A expressão *fake news* foi eleita em 2017, pelo dicionário Collins, como a palavra do ano. Esse termo representa as notícias ou informações falsas disseminadas como se verdadeiras fossem, por vezes, usando de sensacionalismo ou com um interesse próprio de tornar a mentira uma verdade fabricada, trata-se de uma manipulação de fatos inverídicos para que tenham a aparência de reais.

*Fake news* significa a propagação de notícias fabricadas, essas informações, nas redes sociais informatizadas, são compartilhadas por diversos usuários, muitos dos quais anônimos. Segundo Medeiros:

Existem atores ávidos para estimular crenças radicais, cultivar preconceitos e posições extremas que são abraçadas com fervor, principalmente nas redes, onde os haters, trolls, portais fakes ou páginas especializadas em boatos, se proliferam. Sem falar que muitos ainda gozam do anonimato (MEDEIROS, 2017, p. 25).

De acordo com estudos realizados no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, *fake news* se propagam cerca de 70% mais velozmente do que as notícias verídicas. A aceitação de informações como essas, nos meios eletrônicos, acontece sem a devida averiguação sobre sua veracidade ou não. As redes sociais são canais de rápida disseminação de informações, no entanto, isso abre brecha para um maior compartilhamento de inverdades, sobretudo por meio de publicações de links de sites nas redes sociais. Segundo Souza:

Ao longo de sua história, o jornalismo sempre conviveu em menor ou maior grau com notícias falsas. Boatos publicados sem apuração, notícias pagas para favorecer alguém, notícias simplesmente inventadas em veículos sensacionalistas – tudo isso não vem de hoje e foi algo com que a imprensa sempre buscou lidar. No entanto, com a internet, a proliferação das notícias falsas aumentou exponencialmente (SOUZA, 2017, p.01).

Para a liberdade de expressão, a problemática passa por uma colisão de direitos, e paira nos limites da exposição e da liberdade de conteúdo divulgado. Entretanto, para que o ambiente virtual seja democrático, os conteúdos das informações têm que ser verdadeiros, segundo entendimento de Barbosa (2017), quando não há verdade não é possível falar que existe uma livre escolha, o que configuraria um atentado à própria democracia, ao considerar, por exemplo, o efeito devastador que notícias falsas podem gerar para o pleno e livre exercício dos direitos políticos.

A palavra que está diretamente ligada às *fake news* é a “pós-verdade, ela foi eleita pela Universidade de Oxford como a palavra do ano de 2016. Tem relação com as questões que mostram que fatos objetivos tem menos relevância para transformar opiniões do que aqueles relacionados a crenças pessoais e à emoção. Essa expressão ganhou destaque após as eleições nos Estados Unidos, em que o candidato Donald Trump foi eleito presidente, fato que tem grande relação com as *fake news* usadas na corrida presidencial e o apelo emocional com a propagação da pós-verdade. As *fake news* geralmente são muito utilizadas nas eleições, mas não está restrita a esse meio político. A pós-verdade representa a relativização da verdade, a supremacia de discursos de cunho emotivo e a banalização de dados objetivos.

A partir da ampla possibilidade de acesso a instrumentos de publicação, a arquitetura da internet fez com que qualquer pessoa fosse capaz de divulgar informações. O ambiente virtual ficou mais democrático em relação ao acesso, todavia, aumentou a dúvida sobre a veracidade do que é divulgado nesse meio.

Das formas de participação ofertadas na internet, as redes sociais ganham destaque com grande número de usuários. Visto que a rede social é formada por pessoas ou por organizações, conectadas por espécies de relações, que compartilham objetivos ou valores considerados comuns, é possível dizer que, atualmente, há diversos tipos de redes sociais, entre elas o instagram, facebook, youtube, google, twitter, whatsapp, nelas, cada pessoa tem acesso livre a publicações, tanto a ver a de outras pessoas quanto postar as suas próprias.

Apesar dos benefícios que as redes trazem, de diminuir o tempo e o espaço entre as pessoas, podendo ser usadas, inclusive, como meio de trabalho, a liberdade que com ela surge pode ser usada para denegrir, por exemplo, a honra e a imagem de terceiros, acarretando danos morais, inclusive. Casos de violação nas redes sociais estão mais comuns na justiça. E, em grande parte das vezes, essa violação ocorre por meio da propagação de fake news.

De acordo com dados de 2016, da Secretaria de Comunicação do governo, em parceria com o Ibope, foi demonstrado que, no Brasil, 49% da população usa as redes sociais como principal fonte para se informar, e outros 87,7% dos brasileiros são usuários constantes das redes sociais.

Destaca-se que existe, atualmente, contas automatizadas na internet, e essas contas praticam a propagação de notícias falsas sem a necessidade da operação por pessoas, chamam-se *bots*, uma espécie de softwares fabricados para a realização de tarefas pré-estipuladas, a exemplo de encaminhar mensagens, fazer postagens ou até seguir pessoas, divulgar links e fazer debates também são capazes. Dessa forma, *fake news* podem ser disseminados em uma velocidade imensa. Esses tipos de robôs surgem uma ideia de intangibilidade, pelo obstáculo para conseguir identifica-los.

Muitas vezes, as notícias falsas propagadas por essas formas automatizadas mapeiam o perfil dos usuários das redes sociais e divulgam informações adaptadas a esses perfis, como forma de personalizar o acesso à informação, para que as *fake*

*news* sejam aceitas por esses grupos de pessoas. Além disso, facilita a modelagem do pensamento e a concordância com a informação que é dita.

Segundo a Universidade Oxford, cerca de mais da metade do comércio da internet é praticado por *bots*, e a tendência é a ampliação desses robôs, podendo imitar com similaridade o comportamento dos seres humanos, o que facilita ainda mais a criação das *fake news*, tornando-as mais naturais.

Além disso, existe também os ciborgues (*social media cyborgs*), que são pessoas administradoras de diversas contas de redes sociais, em regra, para disseminar informações falsas a respeito de outras pessoas. Programas como esse fazem o mapeamento das tendências que determinados grupos de pessoas vão mais acreditar e compartilhar, com publicações personalizadas por características comuns de pessoas. Não só a automatização é utilizada como também indivíduos reais, usuários das redes, fazem a proliferação das inverdades, pois, muitas vezes, as notícias lidas por eles na internet são caracterizadas como reais.

Tenta-se passar para os links divulgados nas redes sociais uma aparência de verdade, e é buscado chamar atenção com expressões apelativas, que façam os usuários clicarem na informação inverídica e compartilhem. Várias são as estratégias para a disseminação. Essas *fake news* muitas vezes ferem gravemente a dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade de indivíduos, com a disseminação de mentiras que ferem direitos como a honra, a moral e a imagem de alguém.

De modo geral, as notícias falsas são criadas com o escopo ideológico, político ou econômico. A justiça eleitoral está, então, preparando-se para combater essas violações e os procuradores eleitorais devem estar igualmente preparados. Muitas vezes são criadas centenas de página falsas, por exemplo, para apoiar algum candidato durante as eleições. Com o objetivo de contribuir com o melhor uso da internet e de suas redes, como forma de capacitar as pessoas para coibir os delitos cibernéticos, a Câmara Criminal do Ministério Público Federal preparou, no ano de 2018, uma coletânea de artigos a respeito dos crimes cibernéticos.

Segundo entendimento do Ministério Público Eleitoral, a constatação de que existiu pagamento para impulsionar postagens contendo *fake news* deve ser declarado o ilícito de abuso de poder econômico. Quando houver a concordância do

candidato, pode haver a propositura de medida judicial para a cassação do registro ou do diploma, a depender do caso. Dessa forma, a investigação a respeito das notícias falsas deve ser feita o mais rápido possível, para que se chegue à verdade dos fatos.

A primeira forma de investigar *fake news* publicada na internet é a identificação do provedor de aplicações de internet (Facebook, Twitter, Youtube/Google, WhatsApp, site na web, etc), que divulgou a notícia falsa, e essa identificação ocorre nos sites do [www.registro.br](http://www.registro.br), ou *whois*, que diz se o provedor está no exterior, caso não seja de simples percepção.

Além disso, deve haver uma solicitação ao provedor, que é a preservação de todos os elementos que disserem respeito àquela publicação falsa com a identificação do nome do ID (Identificação ou *user name*, identificação do usuário ou código de usuário) ou do URL (*Uniform Resource Locator*, forma padronizada da representação de variados documentos, mídias e serviços da rede, que identifica os documentos com um único endereço), de um vídeo ou grupo, por exemplo. Essa exata identificação é primordial para que a empresa de internet localize acertadamente a postagem que está sendo sob pedido de preservação, bem como identifique o usuário que fez a publicação.

O pedido para que seja preservada a notícia deve ser feita pelo Ministério Público ao respectivo provedor de internet, pois ainda não está sendo pedido os dados, mas somente para que a empresa preserve a publicação juntamente com os seus dados para uma posterior ordem judicial. Isso ocorre porque a publicação pode ser retirada da internet, o que impossibilita a devida investigação.

Logo após os procedimentos já citados, é pedido judicialmente o afastamento do sigilo de dados telemáticos, tanto em casos de danos cíveis quando criminais, de acordo com o artigo 10, §1º e 2º, da lei do Marco Civil da Internet. Dessa forma, o judiciário vai requisitar as informações de IP (*Internet Protocol Address*, que é um rótulo numérico que serve para identificar a máquina que fez a conexão à internet).

Assim, faz-se necessário, a criação e o aperfeiçoamento de ferramentas do aplicativo de rede para identificar possíveis robôs propagadores de *fake news* em sua plataforma.

## **4 A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS REDES SOCIAIS PELAS FAKE NEWS VIOLADORAS DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE, PROPAGADAS POR TERCEIROS, EM SUAS PLATAFORMAS**

### **4.1 Da tutela da liberdade de manifestação**

Com o processo de expansão da internet e da facilitação do seu uso, as redes sociais são, cada vez mais, utilizadas pelas pessoas, com isso, essas plataformas estão sujeitas a violações de direitos de terceiros.

Como as informações são transmitidas e compartilhadas de uma forma muito veloz nas redes sociais, lesões a direitos veiculados nessa plataforma pode gerar sérios danos às pessoas. Contudo, também é importante que seja permitida a disseminação de notícias de forma democrática, pois a internet surgiu como uma alternativa ao rápido acesso à informação.

Fica claro, assim, quais os principais bens jurídicos tutelados quando há prejuízos a terceiros nas redes sociais, de um lado é o direito a livres postagens, a liberdade de expressão, e do outro é o direito de outra pessoa a não ter sua honra e imagem violados, em geral, é a proteção aos seus direitos personalíssimos.

Com o avanço dessa relação e interação na internet, especificamente nas redes sociais, há colisão de direitos e choques de interesses, logo, há uma resposta social contra a ação danosa. Dessa forma, a responsabilidade civil pelo dano causado nas redes sociais passou a ser de relevância social e coletiva, e não apenas de caráter individual.

A internet e as redes sociais potencializam quase de maneira infinita a perpetuação de *fake news* e de matérias que induzam a erro milhares de pessoas. Elas passam a acreditar nos fatos inverídicos, e isso pode causar danos irreparáveis, especialmente quando a falsa notícia ferir a honra, a intimidade e a imagem da própria pessoa, quando a notícia a envolver. Embora algumas pessoas defendam a ampla liberdade de manifestação e expressão, pois acreditam que a análise das notícias tem



que ser feita pelos próprios usuários das redes sociais, a divulgação que fere direitos personalíssimos pode gerar sérios prejuízos àqueles que são vítimas.

O artigo 220 da Constituição Federal trata da livre manifestação do pensamento, e da livre expressão e informação, de modo a determinar que, independentemente da forma, do veículo ou do processo, não sofrerão nenhuma restrição. Contudo, quando é falada na livre manifestação e informação, trata-se de informações idôneas. Além disso, ele deve ser interpretado em conjunto do o artigo 5º, também da Carta Magna, de modo específico, os incisos IV, V, X, XIII e XIV:

- IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;
- XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional (Constituição Federal, 1988, art. 5º, incisos IV, V, X, XIII, XIV)

Castanho de Carvalho trata o tema da seguinte forma:

A informação falsa não seria protegida pela Constituição, porque conduziria a uma pseudo-operação da formação da opinião. Assinala-se a função social da liberdade de informação de ‘colocar a pessoa sintonizada com o mundo que a rodeia (...), para que possa desenvolver toda a potencialidade da sua personalidade e, assim, possa tomar as decisões que a comunidade exige de cada integrante (CARVALHO, Castanho, 1994, p. 88).

## 4.2 Responsabilidade do Usuário

A lei que trata do Marco Civil da Internet não dispõe de forma específica sobre a responsabilidade civil do usuário das redes sociais, logo, é utilizado o Código Civil para a análise dessa responsabilização. Os agentes digitais da internet são os provedores e os usuários, sendo os usuários os clientes, aqueles que usam os serviços de rede sociais.

Os usuários, em regra, não respondem de forma objetiva pela propagação de *fake news* violadoras dos direitos da personalidade pois a sua conduta não está pautada na teoria do risco. Dessa forma, como regra, os usuários comuns, que são

aqueles que usam as redes sociais para interesses interação social e com interesses pessoais, respondem na modalidade subjetiva, com o dever de indenizar ou reparar, conforme artigos presentes no Código Civil, em especial o artigo 927, que diz o seguinte: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

#### 4.3 Responsabilidade civil das redes sociais antes da Lei 12.965

A responsabilidade dos provedores de redes sociais por atos praticados por terceiros é assunto de ampla análise doutrinária e jurisprudencial. Na jurisprudência dos tribunais brasileiros, o tema passou por controvérsias ao longo dos anos, sobre qual a responsabilidade a ser aplicada e se realmente deve ou não existir a obrigação de indenizar. Devido à ausência de uma normatização específica sobre o tema e sobre questões relacionados à internet e aos direitos e deveres vindos da nova era digital, surgiu a Lei 12.965, conhecida como o Marco Civil da Internet.

##### 4.3.1 A teoria do risco

Antes da normatização da Lei 12.965, sancionada no ano de 2014, o entendimento dos tribunais era relacionado a aceitação da responsabilidade objetiva das redes sociais, valendo-se da teoria do risco. A base para as decisões estava no Código Civil, em seu artigo 927, parágrafo único, que diz haver indenização objetiva por danos expressamente previstos em lei, além dos casos em que a atividade que for normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, apenas por sua natureza, um risco para os direitos de outras pessoas.

Tomando por base o referido artigo, várias foram as decisões dos tribunais em defesa de que apenas o fato do provedor deixar disponível serviços na internet, já configuraria risco à própria natureza da conduta do agente. A justificativa do uso da

teoria pairava no proveito econômico que as redes sociais tivessem com o próprio *site*. O STJ assim decidiu, em sede de Recurso Especial:

(...) 7. Quem viabiliza tecnicamente, quem se beneficia economicamente e, ativamente, estimula a criação de comunidades e páginas de relacionamento na internet é tão responsável pelo controle de eventuais abusos e pela garantia dos direitos da personalidade de internautas e terceiros como os próprios internautas que geram e disseminam informações ofensivas aos valores mais mezinhos da vida em comunidade, seja ela real, seja virtual. 8. Essa co-responsabilidade – parte do compromisso social da empresa moderna com a sociedade, sob o manto da excelência dos serviços que presta e da merecida admiração que conta em todo mundo – é aceita pelo Google, tanto que atuou, de forma decisiva, no sentido de excluir páginas e identificar os gângsteres virtuais. Tais medidas, por óbvio, são insuficientes, já que reprimir certas páginas ofensivas já criadas, mas nada fazer para impedir o surgimento de outras tantas, com conteúdo igual ou assemelhado, é, em tese, estimular um jogo de Tom e Jerry, que em nada remedia, mas só prolonga, a situação de exposição, de angústia e de impotência das vítimas das ofensas. (STJ, 2ª Turma, Recurso Especial:1117633 RO)

Essa responsabilidade objetiva, com base na teoria do risco, torna-se benéfica à vítima das falsas notícias violadoras dos direitos da personalidade, pois assegura a possível indenização independentemente da identificação ou do poder econômico de quem cometeu o dano. Nessa perspectiva, entende-se pela responsabilidade civil solidária, valorizando, principalmente, a reparação do dano e não somente a culpa de quem praticou a lesão. Segundo Anderson Schreiber:

A transferência do foco da responsabilidade civil em direção ao dano, com a relativa perda de importância da culpa e do nexo causal na filtragem das demandas indenizatórias, denota, como já enfatizado, um afastamento do paradigma de imputabilidade moral em favor de um sistema de reparação capaz de efetivamente proteger as vítimas dos comportamentos – *rectius*: dos fatos lesivos. A ideia de solidariedade vem, assim, se imiscuindo nas bases teóricas da responsabilidade civil e na própria filosofia que a sustenta. (SCHREIBER, Anderson. 2011, p. 223)

No entanto, Anderson Schreiber também compreende como algo questionável a responsabilidade gerada apenas pelo risco, pois existem outros elementos formadores do dever de indenização. Atualmente, a responsabilidade objetiva com base na teoria do risco não é recepcionada, em regra, pelos dos tribunais, pois existem problemas técnicos do controle dos provedores sobre as violações, desse modo, toda atividade não é considerada motivadora dos riscos.

#### 4.3.2 A responsabilidade subjetiva pelos danos praticados por terceiros

Após superado o entendimento jurisprudencial sobre a responsabilidade civil das redes sociais com base na teoria do risco, numa responsabilidade objetiva, isso antes do marco civil da internet, os tribunais, a partir do Recurso Especial nº1193764/SP do Superior Tribunal de Justiça, cuja Ministra Nancy Andrighi configurou como relatora, passaram a adotar o entendimento de não ser aplicável a responsabilização objetiva pelo risco da atividade. Foi determinado, assim, que não existe prévia responsabilidade pelas publicações dos usuários das redes.

Entretanto, houve o reconhecimento de vários deveres do provedor, que precisa atuar de forma a vetar que o dano se perpetue, e é dever também identificar os responsáveis pelas violações. Conforme foi o entendimento do STJ à época anterior ao Marco Civil da Internet, o provedor deveria agir de modo enérgico, retirando de imediato o material do ar, sob pena de responsabilidade solidária, por conta da omissão. Além disso, deveria tomar as providências necessárias e que estivessem a seu alcance, e identificar os usuários violadores, sob pena de responder por responsabilidade subjetiva por culpa devida a omissão.

Desse modo, o entendimento do STJ era de que os prejuízos ocasionados por terceiros na internet ensejariam o dever de reparação da rede social, mas somente quando houvesse negligência ou omissão da pessoa jurídica para com seus deveres. O dever de identificação do usuário é de grande importância, e de acordo com Ponte de Miranda, é essencial para que o veiculador da informação não responda pelos danos:

Se a injúria ou a calúnia foi impressa – em revista, jornal, anúncio, livro folheto, ou outro escrito – ou se foi gravada, responsável é o autor ou quem mandou redigir, compor e se fez autor. Se não consta o nome do autor, nem se conhece a voz, a responsabilidade é do diretor ou gerente da publicação, ou do dono da tipografia, ou da empresa de gravação, ou gravador. (MIRANDA, Pontes, 1972, p. 63)

Desse modo, as redes sociais também representam um veículo para comunicação, assim, o que determina Pontes de Miranda é igualmente aplicável no ambiente virtual.

#### 4.4 A nova responsabilidade civil das redes sociais à luz do Marco Civil da Internet

Com o avanço do uso da internet e das redes sociais, em conjunto com as mudanças na sociedade vindas dessa nova realidade, foi necessário normatizar esse meio. Segundo Carvalho, o espaço virtual representa relevante cenário para difundir informações e para a prática da cidadania.

Dessa forma, faz-se relevante a constituição de deveres e de direitos aos usuários e provedores, assim como a tutela do Poder Público para que seja assegurada a cidadania e ao mesmo tempo a ordem. Nesse cenário de progressão do uso da internet, foi sancionada a Lei n<sup>o</sup> 12.965/2014, conhecida como Marco Civil da Internet, que entrou em vigência no ano de 2014.

A temática da responsabilidade civil das redes sociais por violação ocasionada por terceiros tem diferentes abordagens doutrinárias, sendo um tema controvertido e que já passou por entendimentos diversos nos tribunais.

A lei do Marco Civil da Internet destaca a proteção à liberdade de expressão, essa liberdade é colocada, inclusive, como fundamento do uso da internet no Brasil, em seu artigo 2<sup>o</sup>, caput: “A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão”.

A guarda da liberdade de expressão fica comprovada no que versa à limitação da responsabilização dos provedores devido a prejuízos causados por publicações de terceiros, como é o caso das *fake news* violadoras dos direitos personalíssimos.

O artigo 19 trata da responsabilidade dos provedores de aplicações de internet, esses provedores são descritos no artigo 5<sup>o</sup>, inciso VII como sendo “o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet”. Sendo assim, estão incluídas como provedores de aplicações as redes sócias. O artigo 19 dispõe:

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado,

tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário. (Lei 12. 965/2014, art. 19)

Percebe-se, do dispositivo, a restrição da responsabilidade recaída sobre os provedores de redes sociais e a proteção à liberdade de expressão. Assim, conforme a lei, a indenização somente é devida quando já tiver ocorrido a determinação judicial e o provedor não obedecer às determinações jurisdicionais. Além disso, o parágrafo 1º do mesmo artigo dispõe que a ordem judicial precisa conter, sob pena de nulidade, clara e específica identificação do material violador, que possibilite a localização exata do conteúdo. Sobre o assunto, Pimentel e Cardoso esclarecem:

(...)em relação aos provedores de aplicações de Internet, o art. 19 adotou a regra da responsabilidade civil, porém “condicionada” à existência de prévia ordem judicial, pois a lei expressamente vedou a censura antecipada aos conteúdos virtuais. A responsabilidade desses provedores é condicionada porque, primeiramente, a LMCI exclui a imputabilidade direta dos provedores de aplicações pela geração instantânea de conteúdos criados por terceiros, ou seja, havendo violação a direito subjetivo, os provedores de aplicações de Internet devem ser cientificados por ordem judicial para procederem à retirada de determinados conteúdos em prazo razoável fixado pelo juiz. Somente serão responsabilizados os provedores de aplicações de Internet que continuarem a disponibilizar os conteúdos vetados pela decisão jurisdicional. (PIMENTEL, CARDOSO. 2015, p.57)

O parágrafo 4º do artigo 19 determina que há possibilidade dos pedidos (em geral, os pedidos são a retirada do material do ar e a indenização) da vítima serem realizado em Juizados Especiais, e que a indisponibilidade das publicações ilícitas pode ser estipulada por antecipação de tutela.

Entretanto, a regra do artigo 19 e seus parágrafos apresenta exceções, conforme disposição do artigo 21 e seu parágrafo único:

Art. 21. O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo.

Parágrafo único. A notificação prevista no **caput** deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador da intimidade do participante e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido. (Lei 12. 965/2014, art. 21, parágrafo único)

As decisões dos tribunais estão seguindo a linha de entendimento do Marco Civil da internet, contudo, para fatos anteriores ao Marco Civil da Internet, ainda há ressalvas, conforme entendimento do Ministro Marcos Aurélio:

Prevê o art. 19 da Lei nº 12.965/2014 (Lei do Marco Civil da Internet) que os provedores de conteúdo só podem ser responsabilizados por danos decorrentes de terceiros se, após ordem judicial específica, os mesmos não tomarem as providências sentenciadas. No caso, a reclamação da autora se deu de forma administrativa, não tendo havido determinação judicial descumprida pela parte demandada, razão pela qual não pode ser responsabilizada por danos decorrentes de terceiros, nos termos do dispositivo legal acima referido. (Superior Tribunal de Justiça STJ - RECURSO ESPECIAL : REsp 1642560 SP 2016/0242777-4)

Em relação a fatos posteriores ao Marco Civil da Internet, o entendimento é de incidência da lei:

1. Responsabilidade do provedor de aplicações de internet (Facebook) com relação a fatos posteriores à vigência da Lei do Marco Civil da Internet. 1.1. O provedor de aplicações de internet só pode ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não adotar medidas para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo que lhe for assinado, tornar indisponível o conteúdo apontado como ofensivo. Inteligência do artigo 19 da Lei nº 12.965/2014 (Lei do Marco Civil da Internet).
- 1.2. Caso concreto em que os fatos se deram em janeiro de 2015, sendo aplicável, portanto, a Lei nº 12.965/14. Assim, ainda que efetuada a denúncia, não possuía o provedor a obrigação de excluir a postagem... que não se tratava de nudez ou pornografia, mas de texto reputado ofensivo à imagem da autora.
- 1.3. Finalmente, quando concedida a antecipação de tutela no feito, a própria autora da postagem já a havia excluído, razão pela qual inviável responsabilizar o Facebook.
2. Responsabilidade do autor da postagem. Caso em que, ainda que evidenciado conflito entre bens jurídicos constitucionalmente protegidos, no uso da técnica da ponderação, recomendável que se faça prevalecer o resguardo da imagem da autora. Comentários da ré em rede social que denigrem a imagem e a honra da autora, desferindo acusações e ofensas sem qualquer demonstração de sua veracidade e sem a oportunidade de defesa (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul TJ-RS - Apelação Cível : AC 70075444968 RS)

#### 4.5 Críticas à responsabilidade civil presente na Lei 12.965/2014

Há várias críticas doutrinárias à Lei 12.965/2014, chamada de Marco Civil da Internet. Segundo o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, o modelo normativo do Brasil

não está devidamente preparado para lidar a propagação das *fake news* nas redes sociais.

Segundo ele, as falsas notícias podem ser altamente destrutivas e fabricar uma crise na democracia, em especial quando a violação aos direitos da personalidade por notícias inverídicas está relacionada à política e à campanha eleitoral. O Ministro considera o Marco Civil da Internet atrasado, em especial ao tratar da responsabilidade das redes sociais com a remoção de publicações danosas.

Sendo assim, precisa-se reformular a normatização da responsabilidade das redes sociais, pois os danos ocasionados por *fake news* com publicações violentas são consideradas quase que irreversíveis, e o Judiciário não tem conseguido dar conta de atender à crescente demanda para exclusão de conteúdo. Dessa forma, há uma necessidade de um modelo mais ativo das empresas, para a remoção de publicações ilegais, valendo-se, inclusive, da ampla tecnologia que essas empresas podem propiciar para a segurança dos usuários.

Outra observação sobre a lei é que ela não proíbe a possível retirada do conteúdo violador extrajudicialmente, ela apenas afirma que só cabe a responsabilidade se, após a notificação judicial, a empresa não retirar o conteúdo. Contudo, não é qualquer conteúdo que deve ser retirado, pois não pode haver retirada da liberdade de manifestação, entretanto, as empresas podem criar mecanismos de denúncia pelos próprios usuários, além de poder criar mecanismos automatizados que consigam identificar possível propagação de inverdades por robôs, o que diminuiria a disseminação das *fake news* de forma considerável.

Tendo em vista que não havia normatização específica sobre o tema das responsabilidades das redes sociais, a lei foi necessária, mas apresenta de forma insuficiente e superficial questões sobre essa responsabilização. A lei foi insuficiente ao afirmar que o dever de guarda dos dados para garantia de identificação do usuário responsável pelo ilícito seria de um ano. A doutrina e jurisprudencial reconheciam o dever de guarda de dados pelo prazo de cinco anos.

Outro ponto criticado na lei é a pena de nulidade presente no artigo 19, §1º, quando a determinação judicial não especificar de modo inquestionável o seu objeto. Entretanto, o violador pode divulgar uma mesma informação diante de outros locais



da rede, assim, não deveria ser restrita às URLs citadas de forma expressa pela decisão judicial, de acordo com decisão do Superior Tribunal de Justiça:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. MENSAGENS OFENSIVAS À HONRA DO AUTOR VEICULADAS EM REDE SOCIAL NA INTERNET (ORKUT). MEDIDA LIMINAR QUE DETERMINA AO ADMINISTRADOR DA REDE SOCIAL (GOOGLE) A RETIRADA DAS MENSAGENS OFENSIVAS. FORNECIMENTO POR PARTE DO OFENDIDO DAS URLS DAS PÁGINAS NAS QUAIS FORAM VEICULADAS AS OFENSAS. DESNECESSIDADE. RESPONSABILIDADE TÉCNICA EXCLUSIVA DE QUEM SE BENEFICIA DA AMPLA LIBERDADE DE ACESSO DE SEUS USUÁRIOS. 1. O provedor de internet - administrador de redes sociais, ainda em sede de liminar, deve retirar informações difamantes a terceiros manifestadas por seus usuários, independentemente da indicação precisa, pelo ofendido, das páginas que foram veiculadas as ofensas (URL's). 2. Recurso especial não provido (STJ, 4ª Turma, Recurso Especial n.1175675/RS)

Anderson Schreiber destaca que a finalidade primeira do sistema *notice and take down* seria de agilidade na remoção do conteúdo ilícito, com apenas a ciência do fato. Contudo, esse escopo de propiciar a celeridade na retirada da publicação danosa, restaria frustrada pela nova lei, que passou a considerar a responsabilidade apenas por meio do ajuizamento da ação judicial.

A própria responsabilização disposta no artigo 19 gera confusão, pois a legislação brasileira já trata da punição ao descumprimento de ordem judicial, com cabimento de multa e configuração de crime de desobediência. Rony Vaiozof diz sobre o tema que:

(...) qualquer norma que limite a atuação do Poder Judiciário também está colocando em risco a democracia e todos os preceitos constitucionais nela existentes, sendo incontroverso, salvo melhor juízo, que o art. 19 do Marco Civil afronta diretamente toda e qualquer decisão judicial, pois dispõe que o seu descumprimento sujeitará o provedor responsável somente a uma responsabilidade civil, colocando em risco a obrigação do cumprimento das decisões. (VAINZOF, Rony. 2014, p. 188)

Apesar de ter surgido, com a intensificação do uso da internet e das plataformas de interações sociais, um novo cenário para o Direito, as regras gerais da responsabilidade civil devem ser utilizadas para coibir conflitos, tanto a lei quanto a doutrina e a jurisprudência precisam estar atentas à realidade atual e as problemáticas que essas novidades tecnológicas trouxeram. De acordo com Manuel A. Carneiro da Frada:

A permanente difusão de possibilidades e serviços cada vez mais complexos e sofisticados que, alimentando-se e movendo-se na rede informática, as operadoras prestam aos seus múltiplos utilizadores contribui para que se nos depare aqui uma área onde se pode experimentar facilmente a sensação de uma persistente voracidade do tempo a desafiar o Direito. Só lançando âncora na teoria comum da responsabilidade civil se logra contrabalança-la. Pertença àqueles que creem que apenas amparados na provada estabilidade daquele corpo de doutrina lograremos escapar à vertigem da contínua evolução, perspectivar devidamente os seus sinais, averiguar-lhe o peso, medir-lhe corretamente o alcance. (FRADA, Manuel A. Carneiro, 2007)

Sendo assim, Manuel Frada diz que nem mesmo a aprovação de normas específicas a respeito da responsabilidade civil das redes sociais e do uso da internet torna dispensável as noções básicas e diretrizes doutrinárias gerais sobre a responsabilidade civil.

Desse modo, a mera responsabilidade por violação a ordem judicial não satisfaz a insegurança dos usuários devido às constantes violações a um direito absoluto e indispensável, que é o direito personalíssimo. As redes sociais ampliam os danos de uma forma quase que irreparável, e não destinar a ela a devida responsabilidade pode gerar um aumento da instabilidade no uso dessas plataformas, de modo que ninguém fique devidamente seguro. Embora não seja ideal retirar a livre manifestação, ela necessita de, ao menos, mínimo controle, para que não fira os direitos de outrem.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento e a normatização jurídica têm que se adaptar às novas realidades e problemáticas advindas da expansão do uso da internet, em especial, das redes sociais. Esse ambiente virtual faz com que notícias sejam propagadas de forma instantânea e para um público imensurável. Desse modo, faz-se necessário a determinação de uma maior responsabilidade dos provedores de redes sociais sobre os conteúdos divulgados em sua plataforma por usuários.

As *fake news* violadoras dos direitos da personalidade, que ferem a honra, a imagem e a moral dos indivíduos, é cada vez mais objeto de ações judiciais, não sendo possível ao judiciário tutelar todas as questões desse meio.

A responsabilidade civil das redes sociais, antes do Marco Civil da Internet, não possuía uma normatização específica. Usava-se o entendimento geral do Código Civil em conjunto com a análise jurisprudencial sobre a temática. A jurisprudência entendia que a responsabilidade desses provedores seria objetiva, baseada na teoria do risco, posteriormente, houve uma mudança de entendimento e passou a ser adotada a responsabilidade subjetiva solidária, caso a rede social agisse com omissão nos seus deveres de guarda.

Contudo, com a Lei 12.965/2014, nomeada de Marco Civil da Internet, a responsabilidade civil das redes sociais foi mitigada, apenas em situações específicas ela é responsabilizada, em geral, somente quando houver ordem judicial para que ela retire o conteúdo ilícito e ela não cumprir. Embora tenha sido importante a normatização do tema, ela não se mostrou capaz de resolver de modo eficaz as questões que envolvem a responsabilidade civil das redes sociais.

O Marco Civil da Internet, a respeito da responsabilidade Civil das redes sociais, foi falho em várias questões, principalmente em relação a quase exclusão de responsabilidade das redes. É evidente que a liberdade de manifestação e de informação é muito importante, entretanto, o bem jurídico da dignidade da pessoa humana não pode ser desconsiderado nem mitigado de uma forma que cause danos extremos às pessoas.

Existem *fake news* espalhadas por robôs que geram um alcance imenso de visualizações e ferem bruscamente os direitos personalíssimos. Esperar uma ordem judicial para que a rede social cumpra com os seus deveres pode acarretar prejuízos irreparáveis aos indivíduos. A tecnologia avançou e a proteção à pessoa humana também precisa acompanhar esse avanço. Sendo assim, faz-se necessário a cobrança de instrumentos que viabilizem a diminuição desse cenário de danos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constitui a República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 19 de Outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)> Acesso em 19 de Outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.** Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. (Marco Civil da Internet). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm)> Acesso em: 30 de Setembro de 2018.

BARBOSA, Hélio Augusto de Lima. **O direito à verdade em tempos de pós-verdade.** Revista internacional de direito constitucional, São Paulo, v. 1, 2017. Disponível em: <[https://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO\\_27\\_BR\\_baja.pdf](https://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf)>. Acesso em :12 de Outubro de 2018

CARVALHO, Castanho/ L.G Gandietti. Editora renovar, 1994. **Liberdade de informação e o direito à informação verdadeira.**

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito constitucional.** 14 ed. Belo Horizonte: Editora del Rey, 2008.

CAVALIERI, Sérgio Filho. **Programa de responsabilidade civil,** 2ª edição. São Paulo: Malheiros, 2000.

DE CUPIS, Adriano. **Os direitos da personalidade.** Tradução de Adriano Vera Jardim e Antonio Miguel Caeiro. Lisboa: Livr. Moraes, 1961.

DIAS, José de Aguiar, **Da responsabilidade civil,** 9. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1994, v. I.

DUARTE, FÁBIO E FREI, KLAUS. **Redes urbanas**. In: Duarte, Fábio; Quandt, Carlos; Souza, Queila. **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FONSECA, Tiago Soares da. **Da tutela judicial civil dos direitos de personalidade**. In: Revista da Ordem dos Advogados. Lisboa, a. 66, n. 1, Janeiro/2006.

FRADA, Manuel A. Carneiro da. **“Vinho novo em odres velhos?” – A responsabilidade civil das operadoras de Internet e a doutrina comum da imputação de danos**. Disponível em: <<http://www.apdi.pt/APDI/DOCTRINA/Vinho%20novo%20em%20odres%20velhos.pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

FRANÇA, Rubens Limongi. **Manual de direito civil**, v. 1. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

**Fake news:** estudo revela como nasce e se espalha uma notícia falsa na web. G1 Fantástico. Edição de 25/02/2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2018/02/fake-news-estudo-revela-como-nasce-e-se-espalha-uma-noticia-falsa-na-web.html>> Acesso em: 13 de Outubro de 2018.

GARCIA, Rebeca. PIERI, Eduardo José. **Repercussões práticas da regulamentação do Marco Civil da Internet**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jun-18/repercussoes-praticas-regulamentacao-marco-civil-internet#top>> Acesso em: 19 de Outubro de 2018.

GODINHO, Adriano Marteleto. **“A defesa especial dos direitos da personalidade: os instrumentos de tutela previstos no direito brasileiro”**. Revista Jurídica Cesumar - Mestrado. Maringá: 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 12<sup>a</sup> ed. Volume 4 2017. Editora: Saraiva.

**Internet:** Publicações ofensivas em redes sociais e o direito à indenização por danos morais. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/REDESG/article/view/6263/pdf#.W8Xf5XtKjIV>>. Acesso em: 08 de Outubro de 2018.

LEONARDI, Marcel. SILVA, Regina Beatriz Tavares. **Responsabilidade civil. Responsabilidade civil na internet e nos demais meios de comunicação**. Editora: Saraiva. 2012. 2<sup>a</sup> ed.

LOPES, Miguel Maria. **Curso de direito civil** — Fontes contratuais das obrigações e responsabilidade civil, 5. ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001, v. V.

**Mapeamento da mídia digital no Brasil.** FGV Rio. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11945/Mapeamento%20da%20M%C3%ADdia%20Digital%20no%20Brasil.pdf?sequence=1%3E>> Acesso em: 13 de Outubro de 2018.

MEDEIROS, Armando. **Os perigos da indiferença a verdade.** Mattavelli Gráfica e Editora, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.revista-uno.com.br/numero-27/os-perigos-da-indiferenca-a-verdade/>> Acesso em: 11 de Outubro de 2018 .

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Privado:** parte especial, Tomo 54. 3.ed. Rio de Janeiro: Editor Borsoi 1972.

**‘Modelo normativo brasileiro não está preparado contra fake news’, diz Cueva** Disponível em: <<https://www.jota.info/coberturas-especiais/liberdade-de-expressao/fake-news-stj-07052018>> Matéria de 07/05/2018. Acesso em: 19 de Outubro de 2018.

**MPF publica coletânea sobre crimes cibernéticos.** Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-publica-coletanea-sobre-crimes-ciberneticos>> Acesso em: 15 de Outubro de 2018.

NADER, Paulo. Curso de Direito Civil, **Responsabilidade civil.** 2016. Volume 7. 6ª ed. Editora Forense.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**, 1ª ed., São Paulo, Editora Saraiva, 2003.

PIERI, José Eduardo. GARCIA, Rebeca. **Repercussões práticas da regulamentação do Marco Civil da Internet.** Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jun-18/repercussoes-praticas-regulamentacao-marco-civil-internet>> Revista Consultor Jurídico, de 18-6-2016. Aceso em: 01 de Outubro de 2018.

PIMENTEL, Alexandre Freire; CARDOSO, Mateus Queiroz Cardoso. **A regulamentação do direito ao esquecimento na lei do marco civil da internet e a problemática da responsabilidade civil dos provedores.** Revista da AJURIS – v.

42 – n. 137. Março 2015. Disponível em: <[http:// www.ajuris.org.br/OJS2/index.php/REVAJURIS/view/376](http://www.ajuris.org.br/OJS2/index.php/REVAJURIS/view/376)>. Acesso em: 18 de Outubro de 2018.

REIS Clayton. **Dano moral**, 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995.

SANCHES, Rogério Cunha. **A divulgação de notícias falsas e as possibilidades de responsabilização**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-divulgacao-de-noticias-falsas-e-as-possibilidades-de-responsabilizacao/>> Acesso em: 16 de Outubro de 2018.

SOUZA, Rogério Martins de. **Investigando as fake news: Análise das Agências Fiscalizadoras de Notícias Falsas no Brasil**, 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2017/resumos/R58-0343-1.pdf>> Acesso em: 11 de Outubro de 2018.

SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil: da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

STOLZE, Pablo Gagliano. PAMPLONA Rodolfo Filho. **Novo curso de direito civil. Responsabilidade civil**. 2017. Volume 3. Editora: Saraiva. 15ª ed.

VAINZOF, Rony. **Da responsabilidade por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros**. In. DEL MASSO, Fabiano; ABRUSIO, Juliana; FLORÊNCIO FILHO, Marco Aurélio (org.). **Marco Civil da Internet: lei 12.965/2014**. p.177-205. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

RONDÔNIA. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial Nº1117633**. Relator: Ministro Herman Benjamin. Julgado em: 09/03/2010. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8569044/recurso-especial-resp-1117633-ro-2009-0026654-2/inteiro-teor-13668131?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 20 de Outubro de 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível Nº 770075444968**. Relator: Des.Carlos Eduardo Richinitti. Julgado em: 28/02/2018. Disponível em: <[https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/553325227/apelacao-civel-ac-70075444968-rs/inteiro-teor-553325237?ref=topic\\_feed](https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/553325227/apelacao-civel-ac-70075444968-rs/inteiro-teor-553325237?ref=topic_feed)> Acesso em: 20 de outubro de 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial Nº 1175675**. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão. Julgado em: 09/08/2011. Disponível em:



<<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21082828/recurso-especial-resp-1175675-rs-2010-0005439-3-stj/inteiro-teor-21082829?ref=juris-tabs>> Acesso em: 18 de outubro de 2018

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível Nº 5560904400**. Relator: Enio Zuliani. Julgado em: 12/06/2008. Disponível em: <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6917167/apelacao-civel-ac-5560904400-sp-tjsp/inteiro-teor-110007246?ref=juris-tabs>> Acesso em: 18 de outubro de 2018.

SÃO PAULO. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial Nº 1642560**. Relator: Ministro Marcos Aurélio. Julgado em: 18/05/2017. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/526809659/recurso-especial-resp-1642560-sp-2016-0242777-4/inteiro-teor-526809663?ref=juris-tabs>> Acesso em: 20 de outubro de 2018.













